



Projecto de Resolução n.º 1786/XIII/3.^a

Recomenda ao Governo que integre a campanha da ONU para reduzir a poluição decorrente da produção, distribuição e uso de plástico

Em 2017, os meios de comunicação mundiais profusamente reportaram os impactantes resultados da expedição de 6 meses da organização sem fins lucrativos *Algalita Marine Research Foundation* no Pacífico. Esta organização, sediada em Long Beach nos Estados Unidos da América, verificou que na zona costeira do Chile e do Peru, existia uma quantidade de lixo, maioritariamente plástico, que correspondia a cerca de 17 vezes o território de Portugal. Esta descoberta foi denominada como “A Grande Mancha de Lixo do Pacífico” e consiste em cerca 80 mil toneladas de plástico que ocupam 1,6 milhões de quilómetros quadrados¹.

Também no ano passado um estudo², publicado na revista científica “*Proceedings of the National Academy of Sciences*”, reportou que a remota ilha de Henderson, território britânico no Pacífico Sul, continha cerca de 37,7 milhões de detritos, maioritariamente plásticos, o que corresponde a 671 itens de lixo por metro quadrado (m²). Tendo em conta que a ilha apenas tem 37.3 km² a descoberta chocou a comunidade científica.

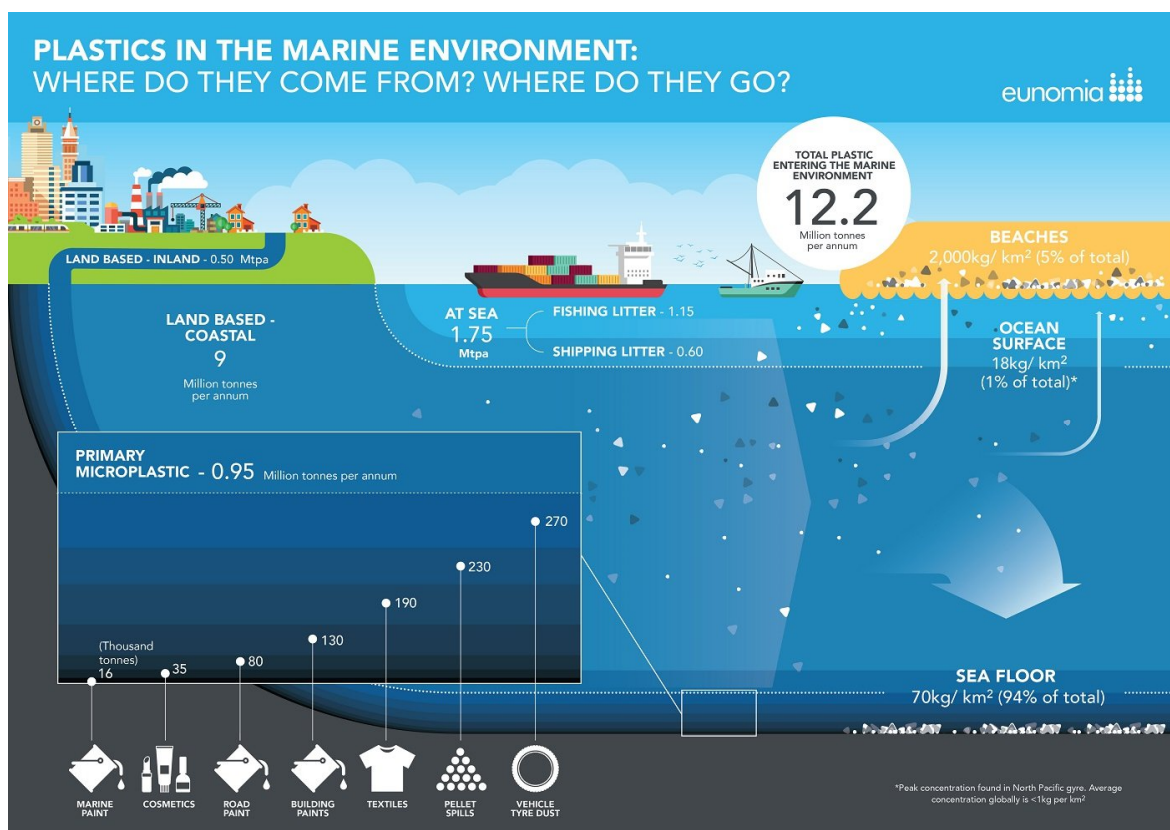
Mais, segundo dados de 2016 da consultora *Eunomia*³, “cerca 94% do plástico que chega aos oceanos acaba no fundo oceânico.” A consultora estima que “existe em média 70kg de plástico por cada quilómetro quadrado de fundo oceânico”. Acrescem a estes dados que “apenas 1% do plástico marinho é encontrado a flutuar na ou perto da costa, com uma concentração média global estimada em menos de 1kg/km².” É um facto que

¹ <https://www.nature.com/articles/s41598-018-22939-w>

² <http://www.pnas.org/content/early/2017/05/09/1619818114>

³ <http://www.eunomia.co.uk/reports-tools/plastics-in-the-marine-environment/>

esta concentração aumenta em determinadas áreas oceânicas, nomeadamente no meio de grandes correntes marítimas (giro oceânico), como é o caso do giro do Pacífico Norte. Aí, na Grande Mancha de Lixo do Pacífico, foi encontrada, segundo a consultora “a maior concentração de plásticos por quilómetro quadrado, seja 18kg/km²”. Em paralelo, devido ao impacto devastador do modelo de produção e de consumo actual, é nas praias de todo o mundo onde se encontra mais plástico, sendo que a sua concentração é de “2 toneladas por km²”. Isto decorre não só de depósitos propositados, mas fundamentalmente de fluxos das correntes oceânicas que depositam estes resíduos nas praias e costas de todas as nações.



Numa perspectiva temporal, e como exemplo, uma garrafa de plástico demora em média 450 anos a degradar-se, uma linha de pesca chega aos 800, um saco de plástico pode demorar entre 20 a 1.000 anos e uma garrafa de vidro pode ultrapassar um milhão de anos para a sua total degradação. Como sociedade produzimos cerca de 300 milhões de

toneladas de resíduos plásticos todos os anos cujo peso é quase equivalente ao somatório de toda a população humana⁴.

Estes dados reforçaram a urgência de olharmos para o problema da poluição nos oceanos, nomeadamente pelos resíduos plásticos, de uma perspectiva estrutural não podendo mais promover soluções paliativas e políticas públicas circunstanciais sob pena de contaminarmos irreversivelmente os ecossistemas terrestres e marinhos.

Assim, acompanhando este alerta social, científico e ambiental, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou em 2017 “guerra” à poluição dos plásticos nos oceanos com o lançamento da campanha internacional *Clean Seas*. Esta campanha tem como objectivo trabalhar com os governos, a sociedade civil, o público em geral e o sector privado para solucionar o problema do plástico marinho. “Interligando indivíduos, grupos da sociedade civil, governos e a indústria, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), procura transformar hábitos, práticas, padrões e políticas à volta do mundo para drasticamente reduzir a poluição de lixo marinho e o seu impacto no ecossistema”⁵.

Seguindo este apelo a União Europeia (UE) lançou, a 16 de Janeiro de 2018, a Estratégia Europeia para os Plásticos⁶ com o objectivo de “até 2030, todas as embalagens de plástico no mercado da UE serão recicláveis, o consumo de objetos de plástico descartáveis será reduzido e a utilização intencional de microplásticos será restringida.”⁷ De salientar que segundo a Agência Portuguesa do Ambiente “Todos os anos, uma parte muito significativa dos plásticos da indústria e dos consumidores são libertados no ambiente, estimando-se que cerca de 10% dos plásticos produzidos terminem nos oceanos e mares.” Acrescentam que “Em menos de um século de

⁴ <https://www.unenvironment.org/interactive/beat-plastic-pollution/>

⁵ <http://cleanseas.org/about>

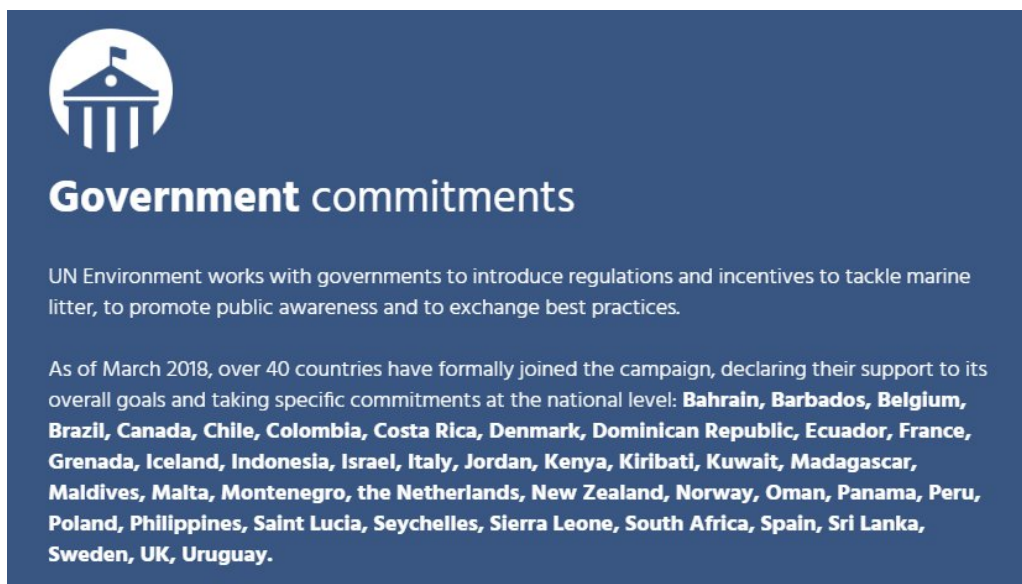
⁶ http://ec.europa.eu/environment/waste/plastic_waste.htm

⁷ http://europa.eu/rapid/press-release_IP-18-5_pt.htm

existência os detritos de plástico já representam cerca de 60 a 80% do lixo marinho dependendo da localização.”⁸

Consultando os dados da *Eurostat* de 2015 por ano a Europa produz cerca de 58 milhões de toneladas de plástico e Portugal contribui com quase 370 toneladas, uma média de 36kg por pessoa, valor acima da média europeia (31kg/pessoa). Segundo a *Plastics Europe*⁹ o uso dos plásticos distribui-se da seguinte forma: 40% para embalagens, 22,5% para bens de uso doméstico e de consumo, 20% usados em edifícios e construção, 9% em automóveis e camiões, 6% em equipamento eléctrico e electrónico e 3% no sector agrícola.

Assim, o Estado Português deve assumir o compromisso internacional, nomeadamente com a ONU, de trabalhar com todos os parceiros públicos e privados para dar cumprimento célere e definitivo a um dos prolemas ambientais mais impactantes na nossa sociedade. Actualmente cerca de 98.945 entidades públicas e privadas já se comprometeram com a ONU para atingir os objetivos da campanha *Clean Seas*. Destes encontram-se 44 governos, nomeadamente o Brasil o Canadá, a Costa Rica, a Dinamarca, a França, a Jordânia, as Maldivas, a Serra Leoa, o Sudão, o Reino Unido, entre outros. O mais recente país a assinar foi o Bahrain¹⁰.



The graphic features a dark blue background. At the top left is a white circular icon of a classical building with a flag on top. Below the icon, the text 'Government commitments' is written in white. Underneath, a paragraph in white text states: 'UN Environment works with governments to introduce regulations and incentives to tackle marine litter, to promote public awareness and to exchange best practices.' Below this, another paragraph in white text says: 'As of March 2018, over 40 countries have formally joined the campaign, declaring their support to its overall goals and taking specific commitments at the national level: Bahrain, Barbados, Belgium, Brazil, Canada, Chile, Colombia, Costa Rica, Denmark, Dominican Republic, Ecuador, France, Grenada, Iceland, Indonesia, Israel, Italy, Jordan, Kenya, Kiribati, Kuwait, Madagascar, Maldives, Malta, Montenegro, the Netherlands, New Zealand, Norway, Oman, Panama, Peru, Poland, Philippines, Saint Lucia, Seychelles, Sierra Leone, South Africa, Spain, Sri Lanka, Sweden, UK, Uruguay.'

⁸ <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=1249&sub2ref=1319&sub3ref=1325>

⁹ <https://www.plasticseurope.org/en>

¹⁰ <http://cleanseas.org/take-action>

Assim, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projecto de Resolução, recomenda ao Governo que:

- 1- Portugal se junte oficialmente à campanha da ONU, *Clean Seas*.

Palácio de São Bento, 24 de agosto de 2018.

O Deputado,

André Silva